



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEMAD/ASSOC - SE.CERH - Assessoria de Órgãos Colegiados - CERH/MG

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA 150ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026

Em 20 de maio de 2026, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Marcelo da Fonseca, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Rafael Frederico Valadão, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Caio César de Castro Silva Coelho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo Bahia Cantella, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Marina Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Representantes dos municípios: Vitor de Andrade Coelho, da Prefeitura de Betim; Vinícius Moraes Perdigão, da Prefeitura de Nova Era; Gabriela Aparecida Lopes Carias, da Prefeitura de Rio Pomba; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Fábio de Cássio Torezan, da Prefeitura de Patrocínio; Géssica Pereira Santana, da Prefeitura de Taiobeiras; Representantes de usuários de recursos hídricos: Renato Junio Constandino, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Thiago Henrique Alves da Cruz, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Patrícia Sena Coelho Cajueiro, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria de Lourdes Pereira dos Santos, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Ana Luisa Coimbra Ferreira, da Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas Especializadas do Estado de Minas Gerais (Peixe MG); Heloísa Cristina França Cavallieri, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE Itabirito); Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Representantes de entidades da sociedade civil: Ana Paula Randazzo Baroni Valadares, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Maurício Nicolau de Assis Bertachini, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Fernando Neves Lima, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 150ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Leonardo Romano/Peixe MG: “A minha manifestação é só para um esclarecimento. Na última reunião, eu me despedi informando que estava em andamento a indicação de um novo representante da Peixe MG, só que o nome indicado foi vetado; e está novamente em avaliação uma nova indicação. Então, até que isso seja feito, eu continuarei representando a Peixe MG neste Conselho.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Emanuel Alves Aguiar/SEMAD: “Nosso comunicado é sobre a desincompatibilização para o período eleitoral: ‘O presente comunicado tem por finalidade informar a vossas senhorias acerca das orientações relativas ao processo de desincompatibilização para o próximo período eleitoral, aplicável aos membros que porventura pretendam concorrer a cargo parlamentar nas eleições de 2026. Recomenda-se que os conselheiros que tenham intenção de se candidatar a cargos eletivos solicitem ao dirigente máximo da entidade que representam a sua substituição na composição das Unidades Colegiadas do CERH-MG às quais pertencem, de modo a permitir a devida comunicação à secretaria executiva para a adoção dos procedimentos administrativos pertinentes. Tal providência visa prevenir eventuais nulidades nos julgamentos e assegurar a estrita observância dos critérios de impedimento e suspeição, conforme previsto na Lei 14.184/2002; na DN 77/2022; e no Decreto Estadual 48.209/2021. Quanto aos prazos, compete a cada conselheiro verificar diretamente junto ao Tribunal Superior Eleitoral o prazo legal de desincompatibilização correspondente à sua categoria profissional, de forma a evitar prejuízos à própria candidatura. No âmbito deste Conselho, esclarece-se que qualquer substituição de conselheiro, titular ou suplente, deverá ser formalizada com antecedência mínima de 15 dias da data da reunião para a qual a alteração será aplicada. Quanto ao procedimento para alteração, cada entidade dispõe de um número de processo SEI próprio para solicitação de substituição ou alteração. Caso a entidade não disponha do número de processo SEI correspondente, solicita-se o contato com esta secretaria executiva, por meio do e-mail assoc@meioambiente.mg.gov.br, para as devidas orientações.’ Vamos disponibilizar no chat e estamos à disposição para quaisquer dúvidas.” **5) EXAME DA ATA DA 149ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 149ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 23 de março de 2026. Votos favoráveis: Abas, Abes, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Instituto Espinhaço, Peixe MG, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, SAAE de Itabirito, Seapa, Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, Siamig, UFU e Unifei. Abstenções: IHMBio, Prefeitura de Betim e Promutuca. Ausências: Abragel, CRBio, UFMG, MPMG, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Jordânia, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Patrocínio e SES. Justificativas de abstenções. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Eu vou me abster por não ter participado da última reunião.” Conselheiro Vitor de Andrade Coelho/Prefeitura de Betim: “Eu vou me abster por não ter tido acesso à ata.” Conselheira Ana Paula Randazzo Baroni Valadares/Promutuca: “Eu vou me abster porque não consegui falar com a pessoa participou.” **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO.** **6.1) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova o Plano Estadual de Capacitação, o Plano Plurianual de Aplicação, a Autoavaliação das metas estaduais e altera a Deliberação CERH-MG nº 604, de 10 de julho de 2024, no âmbito do Programa Progestão. SEI/Nº 2240.01.0004224/2024-32. Apresentação: Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa aprovada por unanimidade, conforme apresentada pelo IGAM. Votos favoráveis: Abas, Abes, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, IHMBio, Instituto Espinhaço, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Seapa, Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, Siamig, UFU e Unifei. Ausências: Abragel, CRBio, UFMG, MPMG, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Jordânia, Prefeitura de Mantena e SES. Esclarecimentos solicitados pela Faemg. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello/Faemg: “Nas instruções do Progestão, eu estava procurando onde está a água subterrânea e encontrei, nos estudos especiais: ‘São levantamentos realizados para temas específicos de interesse da gestão de recursos hídricos, tais como estudos hidrogeológicos’ etc. Eu não achei nada de águas subterrâneas em outro lugar. Na DN, no Anexo IV, está na linha de identificação 11: ‘planos de bacia e estudos em recursos hídricos’. Tem um valor de R\$ 200 mil em 2026, e depois, para 27, 28, 29 e 30, está zero. A minha dúvida é em relação a essa questão, se tem alguma outra previsão. Porque já há alguns anos foi identificada pelo Estado a necessidade de monitoramento e de mais dados relacionados a água subterrânea. Eu peguei também pelo Sout, são muitas outorgas. Eu peguei desde 2024, categorizei tudo pelas regionais, fiz toda uma separação, modos de uso; fiz toda uma filtragem, gastei dois dias fazendo esse tratamento de dados e percebi que no quesito monitoramento, nos postos de monitoramento, um dos módulos do Sout, tem pouco demais. Acho que não dá nem 1%, tem pouquíssimo. E nós estamos, como o Marcelo bem sabe, com uma situação em alguns locais em Minas com as DARCs, as Declarações de Restrição e Controle de Água Subterrânea, algumas com mais de 200% do RPE, mais de 300% do RPE, do Recurso Potencial Explorável. E com isso não há possibilidade de novas outorgas. Tem todo o embrolho de regularização dos usos existentes etc. Há uma necessidade de recurso para isso, porque existe um limite até onde o recurso privado pode ir, mas existe também uma necessidade de planejamento do poder público, com investimento público, para fins coletivos, em relação a essa questão. A pergunta é nesse sentido. Eu não sei se é fora do Progestão. A ideia é ter isso em mente e trabalhar isso. Porque essa crise, essa situação que foi identificada

alguns anos atrás, só vai piorar, e nós precisamos ter recursos de fontes diversas para endereçar a esse programa.” Presidente Marcelo da Fonseca: “O Progestão vem para suprir algumas lacunas na gestão. Então recebemos essa premiação na medida em que avançamos nesses estudos. E isso que você colocou da água subterrânea, ela está entre uma das metas, que é necessário avançarmos com esses estudos e programas. Hoje os estudos que nós temos nos credenciam para receber o recurso. Por isso que aparece de forma pontual, só em algum lugar, essa questão de água subterrânea. E a questão do investimento para novos estudos: o recurso de Progestão é pequeno diante do desafio que é a água subterrânea. Só no Centro-Sul, salvo engano, são mais de R\$ 10 milhões que nós estamos investindo num estudo para fazer uma avaliação similar ao que foi feito no Norte de Minas e para o restante do Estado, que é o Águas do Centro-Sul. Então nós precisamos captar recursos de outras fontes para fazer novos estudos. Conseguimos fazer, em parceria com a ANA, um novo estudo do Verde Grande, que é o que está sendo utilizado, inclusive, para discutirmos o marco regulatório. Mas é necessário buscar fontes públicas, privadas ou de parcerias para aprimorar a rede de monitoramento no Verde Grande, em especial, para poder ajustar a gestão à realidade. Então nós estamos com esse desafio conjunto para buscar formas de como viabilizar a regularização dos usuários e potencializar o uso da água subterrânea no Norte. Não só no Norte, mas o Norte está um pouco mais crítico, como você mesma colocou aqui para nós.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello/Faemg: “Eu queria deixar mesmo esse registro em ata para que em todas as outras oportunidades, que não seja o Progestão, que sejam outras situações e também junto ao Conselho de Administração do IGAM, que essa questão fosse levantada e considerada para fins de provisão de recursos.” **7) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Marcelo da Fonseca agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira
Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos



Documento assinado eletronicamente por **Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira, Chefe de Gabinete**, em 15/07/2026, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **144566543** e o código CRC **1D536017**.

Referência: Processo nº 1370.01.0016679/2026-02

SEI nº 144566543